

# AS CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL: O STATUS DOS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO NUMA TEORIA DE CRISE MARXISTA

Dayani Cris de Aquino<sup>1</sup>

## RESUMO

Os esquemas da reprodução de Marx já foram apropriados de diversas formas, por diferentes autores, cada qual com um propósito teórico específico. Alguns pretenderam demonstrar por meio deles a capacidade ilimitada de crescimento das economias capitalistas. E, apesar deste objetivo, não puderam negar as crises do capitalismo explicando-as, assim, por meio de teorias de crise baseadas na desproporção entre os ramos industriais (Tugan-Baranovsky, 1912). Outros desejaram, ao contrário, provar a limitação do crescimento do modo de produção capitalista, alegando a necessária decadência do capitalismo por meio das teorias do colapso (Grossman, 1929). Porém, deve-se admitir que seria contraditório que os esquemas da reprodução pudessem provar ambas as teses. Assim sendo, parece que o debate acerca dos esquemas da reprodução evidencia a superficialidade da compreensão do método utilizado por Marx, sobretudo no que diz respeito ao instrumental analítico da abstração exigindo, por isso, uma reflexão metodológica acerca do status dos esquemas numa teoria de crise marxista. Com isso, o objetivo deste artigo é analisar em que medida os dois problemas fundamentais da reprodução do capital social, descobertos por Marx a partir da análise dos esquemas – quais sejam, a formação do fundo de depreciação e a formação do fundo de acumulação – representam desdobramentos da contradição fundamental entre valor e valor de uso e qual o papel destas contradições numa teoria de crise marxista.

**Palavras-chave:** esquemas da reprodução, teoria de crise, método de Marx

## ABSTRACT

Marx's reproduction schemes have been appropriate in different ways, by different authors, each one with specific theoretical purpose. Some tried to show by mean of them the unlimited growth capacity of capitalist economies. And, despite this goal, could not deny the crises of capitalism explaining them through theories of crisis based on the disproportionality between the industrial branches (Tugan - Baranovsky, 1912). Others wished, on the contrary, to prove the growth limits of the capitalist mode of production, claiming the necessary decay of capitalism through the collapse theories (Grossman, 1929). However, it must be admitted that it would be contradictory that the schemes of reproduction could prove both theses. Therefore, it seems that the debate about the schemes of the reproduction shows the superficial understanding of the method used by Marx, especially with regard to the analytical instrumental of abstraction requiring therefore a methodological reflection about the status of schemes in a Marxist theory of crisis. Then, the objective of this paper is to examine the role of two fundamental problems of the reproduction of social capital, discovered by Marx from the analysis of the schemes – namely, the formation of depreciation and accumulation funds – represent unfolding of fundamental contradiction between value and use value, and what role play these contradictions in a Marxist theory of crisis.

**Key words:** reproduction schemes, crisis theory, Marx's method

**JEL:** B51

**Submetido às Sessões Ordinárias**

**Área 3: Economia Política, Capitalismo e Socialismo**

**Sub-área 3.1: Valor, Preço e Distribuição**

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

## INTRODUÇÃO

Os esquemas da reprodução desenvolvidos por Marx foram apresentados, respectivamente, nos capítulos XX e XXI do livro II de *O Capital*, publicado pela primeira vez em 1885. Estes capítulos não suscitaram imediatamente o debate teórico entre os marxistas alemães na ocasião da publicação do livro II de *O Capital*. Conforme observa Rosdolsky (2003), talvez, o contexto social da Europa ocidental e central àquela época, no qual o capitalismo se encontrava plenamente desenvolvido, não se constituía em cenário adequado para despertar o interesse no estudo dos esquemas de reprodução justificando, assim, seu esquecimento na Alemanha, por cerca de vinte anos.

A Rússia, por outro lado, encontrava-se à época da publicação num contexto social totalmente diverso. Dado o atraso econômico russo com relação a alguns países europeus, a disputa intelectual se concentrava em torno do debate da possibilidade, ou mesmo da necessidade, do desenvolvimento capitalista na Rússia. Assim, os esquemas da reprodução foram, inicialmente, apropriados por teóricos que pretenderam demonstrar a possibilidade de expansão ilimitada do capitalismo. Contudo, no decorrer do século XX, o debate foi se transformando a ponto de surgir explicações teóricas, com base nos mesmos esquemas da reprodução, que tentavam demonstrar exatamente o inverso, isto é, a possibilidade das crises do capitalismo e até mais do que isso: o colapso inevitável do capitalismo.

Porém, deve-se admitir que seria contraditório que os esquemas da reprodução pudessem provar ambas as teses. Assim sendo, parece que o debate acerca dos esquemas da reprodução evidencia a superficialidade da compreensão do método utilizado por Marx, sobretudo no que diz respeito ao instrumental analítico da abstração exigindo, por isso, uma reflexão metodológica acerca do status dos esquemas da reprodução numa teoria de crise marxista. Com isso, o objetivo deste artigo é analisar em que medida os dois problemas fundamentais da reprodução do capital social, descobertos por Marx a partir da análise dos esquemas – quais sejam, a formação do fundo de depreciação e a formação do fundo de acumulação – representam desdobramentos da contradição fundamental entre valor e valor de uso e qual o papel destas contradições numa teoria de crise marxista.

Os esquemas da reprodução de Marx tornaram-se um dos pontos mais controversos da literatura marxista, se não o mais controverso. Por isso, parece importante, antes de expor os argumentos que localizam o status dos esquemas da reprodução dentro da teoria da crise, resgatar um pouco da história acerca desta controvérsia.

# 1 O DEBATE HISTÓRICO ACERCA DOS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO

Na Rússia, o debate se consolidou separando dois grupos opostos. De um lado, os *narodniki*<sup>2</sup> que não acreditavam na necessidade do desenvolvimento do capitalismo russo e, de outro, os marxistas legais<sup>3</sup> que acreditavam nesta necessidade e cujos esforços teóricos foram feitos no sentido de provar que os esquemas da reprodução de Marx demonstravam não só a possibilidade do capitalismo reproduzir-se, como de reproduzir-se indefinidamente.

Assim, a polêmica entre *narodniki* e marxistas legais pode ser resumida como segue. Nicolai Danielson, principal representante teórico dos *narodniki*, acreditava que a Rússia não só podia como deveria “pular” a etapa capitalista de desenvolvimento, pois nela era impossível criar mercados interno e externo, fatores indispensáveis para o desenvolvimento do capitalismo (Rosdolsky, 2003).

A dificuldade em criar mercados residia, segundo Danielson, na existência de três fatores interligados. Primeiro, dado o nível de desenvolvimento tecnológico da época, isto é, o já alto nível de mecanização, a indústria russa não seria capaz de gerar empregos suficientes para a enorme massa de população camponesa que a Rússia teria de expropriar de suas terras. Em segundo lugar e decorrente do primeiro fator, o poder de compra dos operários também diminuía constantemente. Por um lado, porque os empregos estavam reduzidos, por outro, devido ao próprio decréscimo dos salários. Assim, com o poder de compra dos trabalhadores reduzido, não haveria possibilidade de desenvolver-se um mercado interno na Rússia e dada esta dificuldade, uma saída seria a expansão do mercado externo. Contudo, quanto à expansão do mercado externo, e esse era o terceiro entrave identificado por Danielson, a Rússia não podia obter êxito num contexto onde a concorrência acirrada das grandes potências capitalistas reduzia muito a taxa de lucro. “Por isto, parece que nosso amado bebê, o capitalismo, que destrói os fundamentos da indústria doméstica camponesa, mas que não dispõe de um mercado interno nem de mercados externos, não possui entre nós uma base de desenvolvimento firme”. (Danielson<sup>4</sup>, *apud* Rosdolsky, 2003, p.14). Assim sendo, Danielson argumentava contra a necessidade da Rússia passar pela etapa capitalista, devendo esta adentrar diretamente o socialismo.

Em face dos argumentos defendidos pelos *narodniki*, os marxistas legais, cujo maior

---

<sup>2</sup> Os *narodniki* (termo derivado da expressão *Khozhdenie v narod* = ‘ir para o povo’) ou também chamados “populistas russos” foram os articuladores de idéias cujas concepções básicas “consistiam de uma teoria do desenvolvimento não-capitalista e da idéia de que a Rússia podia e devia prescindir da etapa capitalista e edificar uma sociedade socialista, igualitária e democrática, com base na força da comuna camponesa e da pequena produção de mercadorias, pois o populismo era hostil à organização da produção em grande escala.” (Alavi, 1988, p.289).

<sup>3</sup> A denominação “marxismo legal” refere-se a “interpretação crítica e acadêmica do marxismo, desenvolvida por P. B. Struve, M. I. Tugan-Baranovski, N. A. Berdiev, S. N. Bulgakov e S. L. Frank, que teve influência na Rússia, sobretudo no período entre 1894 e 1901.” (Harding, 1988, p.246).

<sup>4</sup> *Perepiska K. Marksa i Fr. Engelsa s russkimi deiatelami* (Correspondência de Karl Marx e Friedrich Engels com as personalidades políticas russas), 1947, p.127-129..

representante foi Serguei Nikoláievich Bulgakov<sup>5</sup>, já em 1897, buscaram nos esquemas da reprodução de Marx os argumentos teóricos para refutar seus opositores. Pretendiam, baseados nesses esquemas, evidenciar a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo, demonstrando a perfeita possibilidade de criação de mercados na Rússia. Neste sentido, Bulgakov afirmava em seu livro que: “Os problemas mais importantes da teoria dos mercados são resolvidos mediante a análise da troca entre os dois departamentos.” (Bulgakov<sup>6</sup>, *apud* Rosdolky, 2003, p.16).

Todavia, os marxistas legais ultrapassaram a simples tentativa de demonstrar a possibilidade de criação de mercados na Rússia. Foram além tentando demonstrar, também, a possibilidade da duração eterna do capitalismo. Assim, para Bulgakov, nem o consumo nem a criação de mercados externos representavam um problema para a realização da produção. O primeiro por que “só constitui um fator subsidiário da circulação do capital” e a “produção capitalista pode ser ampliada ilimitadamente até dentro dos estreitos limites do motivo do lucro e das crises (...) independentemente do consumo e inclusive quando este diminui.” (Bulgakov<sup>7</sup>, *apud* Rosdolky, 2003, p.16).

Quanto à necessidade de mercados externos Bulgakov nega qualquer vínculo com o problema da realização da produção. O autor acreditava que o capitalismo “cria para si mesmo um mercado sem limitações e é seu próprio ferrão que o impulsiona para a ampliação; então todo país capitalista é também, economicamente, uma totalidade fechada que se ‘basta a si mesma’”. (Rosdolky, 2003, p.19).

As análises de Bulgakov sobre os esquemas da reprodução impõem apenas uma condição para a expansão ilimitada do capitalismo – a proporcionalidade entre os ramos produtivos: “a única e fundamental condição para a possibilidade da reprodução ampliada consiste na proporcionalidade dos diferentes ramos da produção. Se esta condição se dá, as dimensões da produção se tornam determinadas somente pela magnitude da acumulação, pela necessidade de seu crescimento.” (Bulgakov<sup>8</sup>, *apud* Rosdolsky, 2003, p.18). Com isso, Bulgakov inaugura uma tradição que explicará as crises por meio da desproporção dos ramos produtivos, propondo como solução reformas econômicas que permitam restabelecer as proporções adequadas à expansão do capitalismo. Por isso, Bulgakov, juntamente com Baranovski que apenas retoma suas idéias principais, podem ser considerados como os precursores da corrente marxista “neo-harmonicista”.

Enxergar nos esquemas de reprodução a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo foi a parte correta da análise de Bulgakov. O equívoco residiu em confundir “permanentemente a análise abstrata de Marx com a realidade capitalista, extraindo dessa análise

---

<sup>5</sup> Bulgakov, S. N. (1897). *O rynkaj pri kapitalisticheskom proizvosdtve* (Acerca do problema dos mercados no modo de produção capitalista). Moscou.

<sup>6</sup> Ibidem., p. 28-29.

<sup>7</sup> Ibidem., p. 161-162.

<sup>8</sup> Ibidem., p.158.

conclusões que de nenhuma maneira aparecem como justificadas.” (Rosdolsky, 2003, p.16). Assim, para Rosdolsky a realidade capitalista, sobretudo as crises, não pode ser explicada por meio de um instrumental analítico altamente abstrato, como os esquemas da reprodução, mas deve ser compreendida na medida em que elementos mais concretos se juntam à análise.

Somente muito mais tarde, os esquemas da reprodução chamam a atenção dos marxistas alemães e austríacos. Semelhante à interpretação russa, o marxista austríaco Rudolf Hilferding, em sua obra *O Capital Financeiro*, de 1909, estuda os esquemas da reprodução com o objetivo de demonstrar que “o capitalismo poderia estender-se ilimitadamente e que nenhum colapso condicionado por suas leis internas o ameaçava.” (Rosdolsky, 2003, p.29).

Para Hilferding “na produção capitalista, a reprodução pode ter lugar de forma imperturbável tanto em escala simples como em escala ampliada, somente se mantendo tais proporções.” (Hilferding<sup>9</sup>, *apud*, Rosdolsky, 2003, p.29). Isto significa que, para ele, a condição necessária e suficiente para a expansão ilimitada do capitalismo é a manutenção da proporcionalidade entre os diversos ramos da produção e, portanto, no caso em que se mantém tal proporção uma teoria do colapso não teria espaço. Nota-se, assim, que neste aspecto Hilferding não traz nada de novo, no que se refere à teoria de crise, mas, apenas dá continuidade à tradição inaugurada por Bulgakov e Baranovski de explicar as crises por meio das desproporções entre os ramos produtivos.

Hilferding refuta a explicação das crises por meio do subconsumo alegando que “não se depreendem dos esquemas em si a possibilidade de uma superprodução geral de mercadorias”. (Hilferding<sup>10</sup>, *apud*, Rosdolsky, 2003, p.29). Todavia, Rosdolsky critica-o argumentando que tão pouco se depreende dos esquemas a impossibilidade da superprodução geral. Portanto, para Rosdolsky, a teoria de Hilferding, assim como dos marxistas legais, demonstra “os disparates a que se deve levar toda a confusão dos esquemas abstratos com a realidade capitalista concreta”. (Rosdolsky, 2003, p.31).

A inserção de Rosa Luxemburg no debate envolvendo os esquemas da reprodução se dá por volta de 1912 com a publicação de *A Acumulação de Capital*. Para Rosdolsky, a obra de Luxemburg só pode ser compreendida como reação às interpretações neo-harmonicistas, anteriormente apresentadas, das doutrinas econômicas de Marx. Luxemburg concentra-se fundamentalmente numa teoria do colapso (inversamente a de Hilferding) e, portanto, desemboca numa tradição marxista revolucionária em contraposição àquela harmonicista. Todavia, o tratamento dado por Luxemburg aos esquemas da reprodução de Marx é amplamente reconhecido como incorreto. O “principal erro estava em que, sem percebê-lo, Rosa Luxemburg voltava a cair,

---

<sup>9</sup> Hilferding, R. (1927). *Das Finanzkapital*. p.318.

<sup>10</sup> Idem.

uma e outra vez, durante a análise da reprodução ampliada, nas premissas da reprodução simples.” (Rosdolsky, 2003, p.34). Luxemburg, talvez por influência daqueles a quem queria combater, concordava que os esquemas de Marx admitiam uma acumulação ilimitada e, por isso, acreditava que a acumulação capitalista só poderia ser explicada com o auxílio dos mercados não-capitalistas, derivando daí uma teoria do colapso. Assim, embora Luxemburg fosse considerada uma verdadeira “*dialectic*”, seu erro parece estar enraizado na compreensão insuficiente do método de Marx. Luxemburg, assim como seus opositores, passaram por cima “do fato que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II só podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam que fossem completados nas etapas ulteriores e mais concretas da análise.” (Rosdolsky, 2003, p.35).

Outro teórico que poderia ser lembrado na história da utilização dos esquemas da reprodução é Otto Bauer<sup>11</sup> em sua crítica à Rosa Luxemburg. O autor pretendia demonstrar a possibilidade de acumulação ilimitada, levando em conta o progresso técnico, ou seja, incluindo nos esquemas da reprodução uma composição orgânica do capital crescente. Mas, para fazer isso foi necessário abandonar “uma das premissas fundamentais dos esquemas de Marx: que a única relação entre os departamentos I e II consistia na troca de seus respectivos produtos.” (Rosdolsky, 2003, p.38).

Assim, Bauer faz com que os resíduos do departamento II, resultantes do progresso técnico, que sobriam na forma de mercadorias invendáveis fossem todos os anos investidos no departamento I, na forma de dinheiro equivalente ao valor destes resíduos na forma de mercadorias. Este procedimento, segundo Rosdolsky equivale àquele utilizado por uma empresa social *holding* que “instala uma subsidiária econômico-industrial para, desta maneira, abastecer planificadamente os trabalhadores e capitalista da empresa *holding* com os meios de vida necessários.” (Rosdolsky, 2003, p.38).

Todavia o próprio Marx já havia excluído de antemão a transferência de capital na forma física de um departamento para o outro e, portanto, do ponto de vista metodológico a pergunta mais importante a ser feita é: “por que o próprio Marx não recorreu ao meio de transferência de capital preconizado por Otto Bauer”? A resposta a essa questão deve levar em conta o objetivo principal de Marx ao construir os esquemas da reprodução, ou seja, “mostrar como pode ser resolvida – e se resolve – no plano social a antinomia entre valor de uso e valor de troca. Mas isto só pode ser mostrado concebendo-se as indústrias dos meios de produção e dos meios de vida como departamentos da produção social totalmente autônomos (...)” (Rosdolsky, 2003, p.39).

Além disso, para Rosdolsky, Otto Bauer não consegue demonstrar o que pretendia, isto é, a possibilidade ilimitada da acumulação de capital. “Uma simples reflexão demonstra que sua

---

<sup>11</sup> Bauer, O. (1912-1913). Die Akkumulation des Kapitals. Die Neue Zeit, n.23.

tentativa tinha que fracassar. Pois se se constrói os esquemas da reprodução ampliada supondo-se uma composição orgânica do capital crescente, teria que se chegar cedo ou tarde à hipertrofia totalmente irreal e economicamente sem sentido do departamento I, isto é, da produção de meios de produção.” (Rosdolsky, 2003, p.39). Assim, os esquemas de Otto Bauer foram úteis, não para demonstrar o que ele queria, isto é, a possibilidade de acumulação indefinida no modo de produção capitalista, mas serviu para Grossmann (1929), ensaiar uma tendência para o colapso imanente ao capitalismo, ou seja, uma teoria do colapso derivado de causas econômicas.

De tudo que foi exposto pode-se concluir que os esquemas da reprodução de Marx foram utilizados por diversos autores, cada qual com um propósito teórico específico. Alguns pretenderam demonstrar por meio deles a capacidade ilimitada de crescimento das economias capitalistas. E, apesar deste objetivo, não puderam negar as crises do capitalismo explicando-as, assim, por meio de teorias de crise baseadas na desproporção entre os ramos industriais. Outros desejaram, ao contrário, provar a limitação do crescimento do modo de produção capitalista, alegando a necessária decadência do capitalismo por meio das teorias do colapso.

Porém, deve-se admitir que seria contraditório que os esquemas da reprodução pudessem provar ambas as teses. Assim sendo, o debate acerca dos esquemas da reprodução evidencia a superficialidade da compreensão do método utilizado por Marx, sobretudo no que diz respeito ao instrumental analítico da abstração exigindo, por isso, uma reflexão metodológica acerca do status dos esquemas na teoria de crise marxista.

## **2 NOTAS METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DAS CRISES**

Marx define as crises como “soluções momentâneas violentas das contradições” (1986c, IV, p.188) do modo de produção capitalista. Isto é, a crise é a forma que o sistema capitalista encontra para superar (ainda que apenas temporariamente) as suas próprias contradições, restabelecendo sempre novas condições para a acumulação. Mas, o que é uma contradição? Embora a importância de compreender este conceito seja óbvia, é curioso verificar que os estudiosos das crises – pertencentes, em geral, ao campo das Ciências Econômicas – nunca se ocuparam com a discussão do conceito de contradição. Esta falta de preocupação fica evidente em face da completa ausência de debate associando as noções de contradição à problemática das crises na literatura econômica marxista. O debate acerca do conceito de contradição ficou confinado aos teóricos do campo da Filosofia, cujos objetos de pesquisa não são, necessariamente, as crises econômicas. Este fato origina um descompasso entre método e teorização das crises fazendo com que a maioria das interpretações sejam aplicáveis com dificuldade à análise das crises reais do capitalismo contemporâneo.

## 2.1 O CONCEITO DE CONTRADIÇÃO

O primeiro aspecto metodológico a ser considerado é o significado do termo contradição e sua relação com as crises econômicas. O problema é que Marx não escreveu um texto que explicasse seus conceitos metodológicos e a relação deles com o método dialético de Hegel. A falta desse texto dá margem a diversas interpretações dividindo a tradição marxista em, pelo menos, duas posições a respeito dessa influência: (i) aqueles que radicalmente rejeitam o hegelianismo, como é o caso de Althusser (1967), Godelier (1982) etc.; e (ii) aqueles que sustentam que o método hegeliano é crucial para o entendimento da teoria de Marx, como acreditam Lênin (1961 e 1972), Mao Tse-Tung (1937), Bhaskar (1988), Zelený (1974), entre outros.

A aceitação ou a rejeição da herança hegeliana sobre Marx permite entendimentos diferentes acerca do conceito de contradição. Althusser (1967), por exemplo, tenta utilizar o conceito de contradição para demonstrar que a dialética marxista não pode ser simplesmente a dialética hegeliana invertida. Para ele a contradição hegeliana é simples, enquanto que a de Marx é complexa e, portanto, “sobredeterminada”. Entretanto, Althusser não define o que é a contradição para Marx, mas apenas como ela é, ou seja, sobredeterminada. Godelier (1982) que também rejeita a influência hegeliana sobre Marx, subordina o conceito de contradição a um limite estrutural (entre e dentro das estruturas) e, portanto, torna a contradição dialética dispensável ao processo discursivo (Gorender, 1986, p.xxvi).

Diferentemente desses autores, Lenin<sup>12</sup> e Mao Tse-Tung (1937) consideram significativa a influência de Hegel sobre Marx e, por isso desenvolvem o conceito de contradição de forma diversa. Lênin define a essência da dialética como sendo o conhecimento ou o estudo das partes contraditórias que formam o todo. A dialética entendida neste sentido, ou seja, entendida como uma totalidade composta por elementos contraditórios é, para Lênin, uma “lei do conhecimento”, uma “lei do mundo objetivo” e, por isso, pode ser aplicada a todos os campos do conhecimento científico. Portanto, fica claro da leitura dos textos filosóficos de Lênin, e também de Mao, que a “lei da contradição” pode ser definida como a “lei da unidade dos opostos” e coincide com o materialismo dialético: “a Dialética, em seu sentido próprio, é o estudo da contradição na essência das coisas” (LÊNIN, 1972). Mao Tse-Tung (1937), entretanto, apesar de empreender uma análise profunda do conceito<sup>13</sup> parece confundir a *unidade* com a *identidade* dos contrários e, neste caso, também Lênin que o inspirou (Godelier, 1982). A respeito disso, Zelený (1974) afirma que Marx rejeitou a identidade hegeliana dos contrários distinguindo-a de sua concepção materialista de

---

<sup>12</sup> Principalmente nos trabalhos *Conspectus of Hegel's lectures on the history of philosophy* e *On the Question of Dialectics* ambos em Collected works, Russ. Ed., Moscow, v. XXXVIII, 1958.

<sup>13</sup> Mao explora o conceito de contradição considerando cinco aspectos principais: (i) a universalidade da contradição; (ii) a particularidade da contradição; (iii) a contradição principal e o aspecto principal de uma contradição; (iv) a identidade e a luta dos aspectos de uma contradição; (v) o lugar do antagonismo numa contradição.



unidade dos contrários. Tanto Bhaskar<sup>14</sup> (1988) quanto Zelený<sup>15</sup> (1974) argumentam que Marx utilizou o termo contradição em diversos sentidos, sendo necessário, portanto, atentar para o contexto ao qual o termo é empregado para compreender seu significado.

Assim sendo, para circundar as controvérsias acerca do conceito de contradição na literatura marxista (cujos poucos autores apresentados nem de longe esgotam a literatura existente) um caminho possível é estudá-lo por meio das obras do próprio Marx, principalmente daquelas em que o termo é utilizado para explicar as crises, quais sejam: *Grundrisse*, *Teorias da Mais-Valia* e *O Capital*. Nas *Teorias da Mais-Valia*, Marx explica a crise da seguinte forma:

Se, por exemplo, compra e venda – ou o movimento da metamorfose da mercadoria – configura a unidade de dois processos, ou antes o decurso de um processo por meio de duas fases opostas, sendo na essência portanto a unidade de ambas as fases, esse movimento é também na essência a separação delas e a afirmação recíproca de independência. Mas, uma vez que estão interligadas, a afirmação de independência das fases vinculadas só se pode *patenteiar* de maneira violenta, como processo destrutivo. É justamente nas crises que se sua unidade se manifesta, a unidade de elementos opostos. A independência recíproca assumida pelas duas fases conjugadas e complementares destrói-se à força. *A crise, portanto revela a unidade dos elementos que passaram a ficar independentes uns dos outros*. Não ocorreriam crises se não existisse essa unidade interna de elementos que parecem comportar-se com recíproca indiferença. (Marx, 1980, p. 936)

Nesta citação, embora Marx não use a palavra contradição, a definição de crise aí existente sugere que a contradição contém a unidade e a dissociação de elementos opostos, isto é, o capitalismo é estruturado com base na unidade de elementos opostos e estes elementos não podem dissociar-se sem trazer conseqüências para o processo de reprodução do capital. Esta conseqüência aparece na forma de crises. Portanto, a crise enquanto solução momentânea das contradições do capitalismo é, na verdade, a solução momentânea para a dissociação de elementos que deveriam estar unidos.

## 2.2 DO ABSTRATO AO CONCRETO

O segundo aspecto metodológico diz respeito aos níveis de análise abstrato e concreto. Na *Introdução à Crítica da Economia Política* Marx define, segundo seu julgamento, o procedimento científico de análise da realidade da seguinte forma:

[...] se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um

---

<sup>14</sup> Para Bhaskar, o termo contradição é utilizado por Marx, para designar: (a) inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas; (b) oposições extra-discursivas; (c) contradições dialéticas históricas; e (d) contradições dialéticas estruturais. (p. 80).

<sup>15</sup> Para Zelený, Marx utiliza o termo com o significado de: (a) inconseqüência no pensamento; (b) discrepância entre teorias de diversos autores; (c) choques entre forças contrapostas e antagonismos mecânicos; (d) incongruência entre fenômenos; e (e) contradição interna que pode expressar-se numa contradição externa. (p. 133-34).

todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. (Marx, 2003).

O método empreendido por Marx consiste, portanto, em partir do concreto em direção ao abstrato e deste novamente ao concreto. Contudo, o primeiro concreto é uma representação caótica da realidade e o segundo, enquanto reprodução da realidade pelo pensamento, é a “síntese de múltiplas determinações”. Uma análise do capítulo 17 das *Teorias da Mais Valia*, indica que Marx empreendeu exatamente este método nos seus desenvolvimentos teóricos iniciais acerca da crise, embora o “caminhar em sentido contrário” não tenha sido finalizado:

Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a *forma mais abstrata* da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. (...) Assim, a forma mais abstrata da crise (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da própria mercadoria, a qual como movimento desenvolvido, contém a contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. (Marx, 1980, p.945).

Mas agora trata-se apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de forma próprias do capital, as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e de dinheiro. (Marx, 1980, p.948).

As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas. (Marx, 1980, p.945).

Ou seja, para estudar as crises Marx partiu dos conceitos mais abstratos – frutos de suas investigações apresentados no livro I de *O Capital*, cujo ponto de partida foi a realidade capitalista concreta e caótica – como o valor, o valor de uso, a mercadoria, o dinheiro etc. Com esses conceitos simples ele apresenta a possibilidade da crise, enquanto sua forma abstrata de ruptura entre valor e valor de uso. Esta dissociação, decorrente da generalização das trocas, desdobra-se na existência da mercadoria propriamente dita, de um lado, e da mercadoria-dinheiro, de outro. Esta autonomização do dinheiro, sobretudo manifestada nas funções do dinheiro de meio de circulação e meio de pagamento, permite a dissociação das fases de compra e venda na esfera da circulação. A continuidade do “caminho de volta” deve contemplar elementos cada vez mais concretos da realidade capitalista como a concorrência e o crédito. Além disso, Marx sugere que deve haver alguma relação entre a crise em sua forma abstrata e a crise em sua forma concreta, embora não a tenha demonstrado. Desta forma, a análise do status dos esquemas da reprodução na teoria de crise marxista deve levar em conta esta perspectiva metodológica perguntando-se: (i) quais são as contradições decorrentes da reprodução do capital social?; (ii) em que nível de abstração estas contradições se encontram?; (iii) como estas contradições relacionam-se com a contradição entre compra e venda?.

### 3 OS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO E A POSSIBILIDADE DA CRISE

Os esquemas da reprodução consistem na divisão da economia capitalista em dois setores de atividades: (i) o setor produtor de meios de produção, denominado por Marx como setor I; (ii) o setor produtor de meios de consumo, nomeadamente, setor II. A construção teórica feita por Marx assume diversas hipóteses como: (i) composição orgânica do capital e taxa de mais-valia constantes e iguais; (ii) as mercadorias são trocadas pelos seus valores; (iii) produtividade constante; (iv) os capitalistas dispõem de reservas ilimitadas de força de trabalho. (Giussani, 1988). Em termos genéricos os esquemas da reprodução simples podem ser representados conforme a figura 1.

FIGURA 1 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO SIMPLES

$$\left\{ \begin{array}{l} c_I + [v_I + m_I] = p_I \\ [c_{II}] + v_{II} + m_{II} = p_{II} \end{array} \right.$$

FONTE: Elaboração própria.

Na figura 1,  $c$  representa o capital constante,  $v$  o capital variável,  $m$  a mais-valia,  $p$  a produção total de cada setor e os sub-índices I e II representam os setores de produção de meios de produção e de meios de consumo, respectivamente. Os elementos delimitados pelos quadrados representam a condição de proporcionalidade exigida para que realize-se a reprodução simples do capital, isto é, a reprodução na qual toda a mais-valia é gasta como consumo pessoal do capitalista. Em termos algébricos o balanço da reprodução simples é:

$$v_I + m_I = c_{II}$$

A transição da reprodução simples para a ampliada, isto é, para uma situação na qual parte da mais-valia é reinvestida no processo produtivo do ano seguinte, muda as equações do esquema para:

FIGURA 2 – ESQUEMA DA REPRODUÇÃO AMPLIADA

$$\left\{ \begin{array}{l} c_I + k_c m_I + [v_I + k_v m_I + (1 - k_c - k_v) m_I] = p_I \\ [c_{II} + k_c m_{II}] + v_{II} + k_v m_{II} + (1 - k_c - k_v) m_{II} = p_{II} \end{array} \right.$$

FONTE: Elaboração própria.

Na figura 2, pode-se observar que a mais-valia não é totalmente consumida, mas dividida entre o consumo pessoal do capitalista representado por  $[(1 - k_c - k_v)m]$ , o gasto com o incremento de capital constante ( $k_c m$ ) e o gasto com a contratação de força de trabalho adicional ( $k_v m$ ), onde  $k_c$  representa a proporção da mais-valia a ser reinvestida como capital constante e  $k_v$  a proporção a ser reinvestida em capital variável. Assim, as condições de balanço algébrico mudam para:

$$v_I + m_I (1 - k_c) = c_{II} + k_c m_{II}$$

Os esquemas da reprodução foram construídos propositadamente sob essas hipóteses, sobretudo o fato de permanecer constante a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital. Poder-se-ia pensar que Marx procedeu desta forma não por vontade própria, mas por falta de tempo para terminar sua investigação acerca do problema da realização da produção. Porém, não é a esta conclusão que Rosdolsky chegou ao realizar uma análise minuciosa dos *Grundrisse*:

A primeira conclusão que resulta da disputa (de décadas de duração) em torno dos esquemas da reprodução de Marx é, evidentemente, que de nenhuma maneira se deve considerar esses esquemas como um simples “torso”, como uma tentativa teórica que Marx não pôde “completar” só por falta de tempo. Ao contrário, tudo aponta no sentido que o próprio Marx jamais teve a intenção de ir além da forma que deu aos esquemas da reprodução no tomo II de *O Capital*, e por isto não tem sentido esperar deles mais do que podem dar. (Rosdolsky, 2003, p.42).

Portanto, o primeiro passo para entender o papel dos esquemas da reprodução na teoria de crise é concebê-los como uma parte do desenvolvimento teórico de Marx que, por ser ainda bastante abstrato, não pode explicar completamente a realidade capitalista e, principalmente, as manifestações concretas das crises econômicas. É preciso lembrar que para Marx “a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de forma próprias do capital” (Marx, 1980a, p. 948). Portanto, visto que os esquemas não contemplam nem os efeitos da concorrência nem os efeitos da conexão entre a produção e a circulação das mercadorias por meio do sistema de crédito, então eles não podem explicar o mecanismo real da crise.

Mas, então, para que servem os esquemas da reprodução? Se eles foram construídos intencionalmente com tais abstrações, então o que Marx queria demonstrar com eles? Para responder isso é preciso considerar, não só os capítulos XX e XXI que tratam da reprodução simples e da reprodução ampliada respectivamente, como também os dois capítulos anteriores (XVIII e XIX) que completam a seção III do livro II de *O Capital*, a qual Marx chamou de “A reprodução e a circulação do capital social total”.

No capítulo XVIII, intitulado “Introdução” Marx apresenta o objeto de investigação da seção III, justificando-o em perspectiva a tudo o que já vinha sendo discutido desde o livro I:

O processo direto de produção do capital é seu processo de trabalho e de valorização (...) cujo motivo determinante é a produção de mais-valia. O processo de reprodução do capital abrange tanto esse processo direto de produção como ambas as fases do processo de circulação propriamente dito

(...) No Livro Primeiro foi analisado o processo de produção capitalista como ato isolado e como processo de reprodução (...) Na seção I deste Livro Segundo foram consideradas as diferentes formas que o capital assume em seu ciclo e as diferentes formas desse mesmo ciclo. (...) Na seção II, o ciclo foi examinado como sendo periódico, isto é, como rotação. (...) Tanto na seção I como na II, tratava-se sempre apenas de um capital individual, do movimento de uma parte autonomizada do capital social. Os ciclos dos capitais individuais, porém se entrelaçam, se supõem e se condicionam reciprocamente, e constituem, justamente neste entrelaçamento, o movimento do capital social total. (...) Temos de examinar agora [na seção III] o processo de circulação (...) dos capitais individuais como componentes do capital social total, portanto o processo de circulação deste capital social total. (Marx, 1986b, III, p. 261-263).

Ou seja, essa seção passa a ocupar-se com o processo de circulação do capital social total, mais especificamente com a realização das partes componentes deste capital social total. Em face disso, no capítulo intitulado “Apresentações anteriores do objeto” Marx se preocupa em apontar, tanto os méritos como os erros, dos teóricos que o antecederam no tratamento deste objeto de pesquisa. Por um lado, o mérito de François Quesnay foi mostrar “em poucos e grandes traços, como o resultado anual, determinado pelo valor da produção nacional se distribui por meio da circulação de modo que, permanecendo constante as demais circunstâncias, sua reprodução simples possa se efetivar” (Marx, 1986b, III, p.267). Contudo, o principal problema de Quesnay, assim como dos fisiocratas em geral, é conceber o excedente como oriundo da fertilidade do solo. Por outro lado, enquanto Adam Smith, mesmo com todas as confusões originárias de suas análises, supera Quesnay na explicação da origem do excedente, retrocede em relação à análise do processo de reprodução.

Portanto, Marx com seus esquemas da reprodução apresentou uma concepção totalmente nova acerca da realização da produção, sendo justificável dedicar a ela uma seção inteira, já que suas idéias diferiam de tudo o que já havia sido escrito. Neste sentido, os avanços mais importantes de Marx, do ponto de vista metodológico, são: (i) dividir o capital social total em dois setores, um produtor de meios de produção e outro produtor de meios de consumo e (ii) conduzir a investigação partindo da reprodução simples em direção a uma situação mais complexa que é a reprodução ampliada; (iii) indicar que a realização das partes componentes da produção social exige que esta encontre reciprocidade entre as formas valor e valor de uso. Portanto, os esquemas da reprodução só demonstram a existência de demanda recíproca dentro do capitalismo sob os pressupostos de uma proporcionalidade temporária que se apresenta mais “como um processo constante a partir da desproporcionalidade” (Marx<sup>16</sup>, *apud* Rosdolsky, 2003, p.37).

Marx analisou nas *Teorias da Mais-Valia* as formas abstratas da crise denominado-as de possibilidade da crise. As formas abstratas da crise resumem-se na dissociação da unidade entre valor e valor de uso e seu desdobramento na dissociação entre compra e venda. Marx argumenta que o elemento que permite a ruptura entre as unidades de compra e venda é o dinheiro tanto em

---

<sup>16</sup> Marx, K. *Das kapital*, p. 537.

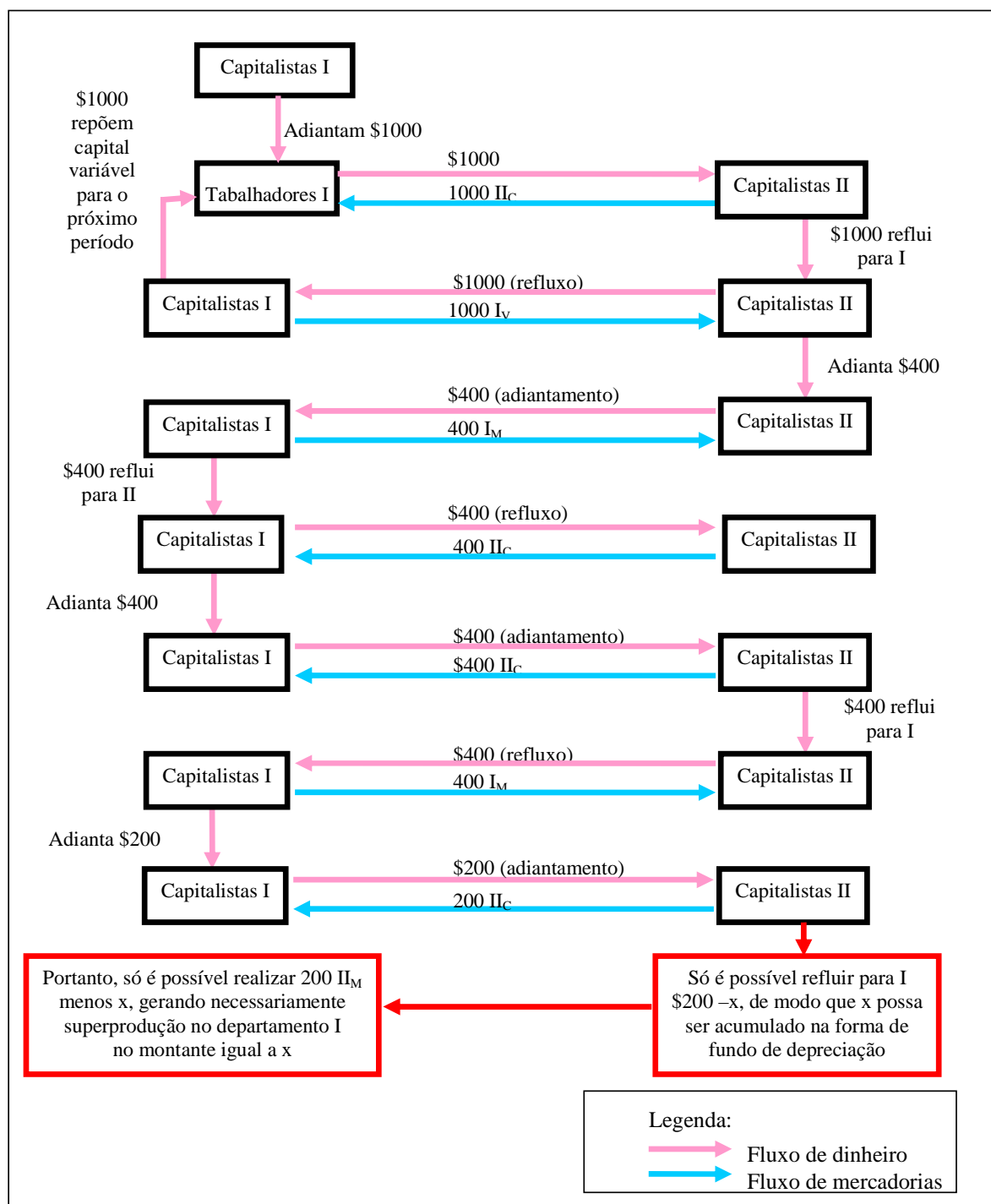
sua função de meio de circulação quanto de meio de pagamento. Porém, Marx não deu continuidade ao estudo das crises e, portanto, não apontou quais seriam as forças motivadoras que impulsionam o capitalista a reter dinheiro rompendo tais unidades. Isto somente torna-se claro na análise da reprodução do capital social empreendida por meio dos esquemas da reprodução, cujo tratamento não é retomado nas *Teorias da mais-valia*. Nos capítulos sobre os esquemas da reprodução Marx, levanta dois problemas fundamentais: (i) formação do fundo de depreciação; (ii) formação do fundo de acumulação.

O primeiro problema, a formação do fundo de depreciação, surge ainda na análise da reprodução simples. Marx percebe que na troca entre o setor I ( $v_I + m_I$ ) e o setor II ( $c_{II}$ ) haveria necessariamente uma sobra no setor I, uma vez que os capitalistas do setor II não poderiam comprar toda a produção ( $v_I + m_I$ ) do setor I, pois se assim procedessem não seria possível reservar certa quantia das mercadorias vendidas na forma de dinheiro para formar o fundo de depreciação:

(...) a troca das mercadorias  $2000 II_c$  por mercadorias do mesmo valor I ( $1000_v + 1000_m$ ) pressuporia que  $2000 II_c$  foram integralmente reconvertidos in natura nos elementos naturais do capital constante II, produzidos por I, mas o valor mercadoria de 2000, em que existe este último, contém um elemento correspondente à perda de valor do capital fixo e que não é para ser reposto imediatamente in natura, mas para ser transformado em dinheiro que progressivamente se acumula como soma total, até que vença o prazo de renovação do capital fixo em sua forma natural. (...) Por isso, impõe-se imediatamente, na troca de I ( $1000_v + 1000_m$ ) por  $2000 II_c$ , a dificuldade de que os meios de produção de I, em cuja forma natural os  $2000(v+m)$  existem, têm de ser trocados por seu montante integral de valor de 2000 por equivalente em meios de consumo II, enquanto, por outro lado, os meios de consumo  $2000 II_c$  não podem ser convertidos por seu valor total nos meios de produção I ( $1000_v + 1000_m$ ), por que uma parte alíquota de seu valor – igual à depreciação ou à perda de valor do capital fixo a ser reposto – tem de se depositar primeiramente em forma-dinheiro (...).(Marx, 1986b, III, p.331-332).

É importante observar que o fundo de depreciação é parte orgânica e imprescindível do próprio processo de reprodução do capital, pois se ele não for formado paralelamente ao desgaste do capital fixo, a substituição deste no momento necessário fica comprometida e, portanto, compromete também o processo de reprodução do capital. Na figura 1 reproduziu-se um exemplo numérico apresentado por Marx indicando os possíveis momentos da realização das diversas partes dos valores trocados entre os setores I e II. Dois pontos importantes devem ser ressaltados: (i) a realização das mercadorias implica sempre um adiantamento por parte de um dos setores, porém este valor em dinheiro adiantado sempre volta ao seu ponto de partida, isto é, ao capitalista que o adiantou; (ii) sob as hipóteses até agora formuladas chega-se a um ponto em que necessariamente ocorre excesso de produção no departamento I.

FIGURA 1 – CONTRADIÇÃO NA REPOSIÇÃO DO CAPITAL FIXO ENTRE OS DEPARTAMENTOS I E II



FONTE: Elaboração própria

Marx apresenta como possível solução para este problema a hipótese de que existam duas categorias de capitalistas dentro do setor II: capitalistas do tipo A e capitalistas do tipo B. Estas duas categorias de capitalistas encontram-se em fases diferentes do processo de reposição do capital fixo. Enquanto os capitalistas do tipo A estão acumulando o fundo de depreciação, os capitalistas do tipo B estão utilizando o fundo previamente acumulado e substituindo seu capital fixo depreciado. Desta forma, supondo-se que exista um balanço entre capitalistas que formam o fundo de depreciação

(isto é, acumulação de capital monetário) e capitalistas que repõem capital fixo (isto é, compra de capital constante fixo), então o processo de reprodução pode prosseguir sem perturbações.

Assim, no exemplo numérico da figura 1, a solução proposta por Marx implica que, no setor II, os capitalistas do tipo B já estão na fase de repor seus capitais fixos e, portanto, possuem capital monetário acumulado na quantia igual a \$200. Assim, adiantam \$200 comprando as mercadorias do setor I ( $200 I_M$ ) realizando assim, o restante da produção do setor I.

Por conseguinte, os capitalistas do setor I utilizam este dinheiro para comprar meios de consumo do setor II, realizando, portanto, o restante da produção do setor II ( $200 II_C$ ). Note que o dinheiro adiantado pelo setor II refluí para ele mesmo, como em todas as outras vezes. Entretanto, agora o refluxo vai para as mãos de capitalistas diferentes, ou seja, para as mãos dos capitalistas do tipo A. Assim, os capitalistas do tipo A utilizam este dinheiro para formar o fundo de depreciação e o processo de reprodução completa-se sem distúrbios.

Esta hipótese de balanço entre capitalistas do tipo A e capitalistas do tipo B é bastante coerente para o objetivo de Marx de mostrar a realização simultânea de valores e valores de uso. Todavia, do ponto de vista do estudo das crises não parece satisfatório partir da hipótese de balanço, uma vez que não existe nada que garanta tal balanço. Na verdade, parece mais coerente partir da hipótese de que, como o modo de produção capitalista não é planejado, a situação mais provável é o não balanço entre os capitalistas A e B. Não havendo balanço entre A e B, então a reposição do capital fixo constitui-se conteúdo para tornar mais concreta a contradição entre compra e venda. A ruptura entre compra e venda antes explicada pela simples função do dinheiro como meio de circulação e de pagamento, agora encontra motivação na necessidade de venda sem compra. Por um lado, a venda das mercadorias do setor II deve ocorrer para que ele retire da circulação o dinheiro necessário para formar o fundo de depreciação. Por outro, a retirada de dinheiro de circulação impossibilita a realização das mercadorias produzidas pelo setor I. Isto significa, portanto, um conteúdo que torna a possibilidade da crise mais concreta.

O segundo problema, a formação do fundo de acumulação, Marx observa durante a exposição da reprodução ampliada. A formação deste fundo impõe a mesma dificuldade de que o capitalista deve continuamente retirar dinheiro da circulação de acordo com a parte da mais-valia que deseja reservar para a ampliação do processo produtivo. Assim, Marx observa que:

Dinheiro é retirado da circulação e acumulado como tesouro mediante a venda da mercadoria sem compra subsequente. Se concebemos essa operação como sendo praticada em geral, parece impossível verificar de onde devem vir os compradores, uma vez que nesse processo – e ele deve ser concebido como geral, em que cada capital individual pode encontrar-se em processo de acumulação – cada um quer vender a fim de entesourar, e ninguém quer comprar. (Marx, 1986b, III, p.358).

Contudo, Marx oferece para este problema uma solução semelhante à anterior. É preciso supor que enquanto uma parte dos capitalistas está retendo dinheiro para formar o fundo de



acumulação a outra parte está liberando dinheiro anteriormente retido, ou seja, é necessário pressupor que haja um balanço entre os fluxos de entrada e saída de dinheiro destinados à formação do fundo de acumulação. Aqui, novamente, parece que Marx dá esta solução para não precisar, neste momento, adentrar na discussão sobre as crises, mas sim demonstrar que as trocas poderiam realizar-se em termos de valor e de valor de uso. Todavia, ele próprio observou a possibilidade da crise:

À medida que o equilíbrio se estabelece pelo fato de que o comprador se apresenta posteriormente como vendedor de montante de igual valor e vice-versa, tem lugar refluxo de dinheiro para o lado que o adiantou na compra, que vendeu antes de ter comprado novamente.(...) À medida, porém, que se efetuam conversões meramente unilaterais, uma massa de meras compras, de um lado, e uma massa de meras vendas, por outro – e vimos que a conversão normal do produto anual, sobre base capitalista, exige estas metamorfoses unilaterais –, só existe equilíbrio sob o pressuposto de que o montante de valor das compras unilaterais coincida com o montante das vendas unilaterais. O fato de que a produção de mercadorias é a forma geral da produção capitalista já implica o papel que o dinheiro, não apenas como meio de circulação, mas também como capital monetário, desempenha nela e cria certas condições, peculiares a esse modo de produção, da conversão normal, portanto do curso normal da reprodução, seja em escala simples, seja em ampliada, **as quais se convertem em outras tantas condições do curso anormal, em possibilidades de crise, uma vez que o próprio equilíbrio – em face da configuração naturalmente desenvolvida dessa produção – é uma coincidência.** (Marx, 1986b, III, p.361).

O dinheiro cria as condições da reprodução normal, as quais se convertem, dada a natureza anárquica do capitalismo, em condições de reprodução anormal e, portanto, em crise. Evidencia-se já nos esquemas de reprodução que a natureza contraditória da formação dos fundos de depreciação e de acumulação acarreta a ruptura entre compra e venda, mesmo considerando-se que a expansão produtiva ocorre paralelamente à acumulação do capital monetário necessário para sua reprodução.

## CONCLUSÕES

O estudo dos esquemas da reprodução, fundamentado metodologicamente com base no conceito de contradição e no método abstrato-concreto, torna evidente que a necessidade de formação do fundo de depreciação e acumulação impõe um conteúdo para as formas abstratas da crise analisadas por Marx nas *Teorias da Mais-Valia*. Isto porque, enquanto o dinheiro permitia abstratamente a possibilidade de ruptura da metamorfose do capital, agora esta possibilidade de ruptura entre compra e venda torna-se uma necessidade. Dada a natureza contraditória do capitalismo, a necessidade de retirar dinheiro do circuito para formar o fundo de depreciação e acumulação significa repetidamente vendas sem compras e, portanto, a dissociação das fases do processo de reprodução do capital. A necessidade de converter a mercadoria em dinheiro, ou seja, de realizar a produção individual, para reservar uma parcela de dinheiro para formar fundos de depreciação e acumulação, impede que todo montante de dinheiro realizado possa ser reconvertido em mercadoria, sobretudo, meio de produção e força de trabalho.

Portanto, conclui-se que o papel dos esquemas da reprodução na teoria de crise é dar à possibilidade da crise um conteúdo para sua concretização, mas não explicar a crise real. Pois, trata-se, ainda, de avançar na análise e passar à investigação dos elementos mais concretos da crise. “Esses elementos que explicam a possibilidade da crise nem de longe elucidam sua realidade; deixam de elucidar por que as fases do processo entram em conflito tal que sua unidade interna só pode impor-se por meio da crise, de um processo violento.” (Marx, 1980a, p.937). E para explicar a crise real é preciso contemplar na análise os efeitos da concorrência e do crédito, elementos abstraídos nos esquemas da reprodução.

## REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1967) *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bhaskar, R. (1988). Contradição. In: Bottomore, Tom. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: *A Dictionary of Marxist Thought* (1983).
- Giussani, P. (1988). Esquemas de reprodução. In: Bottomore, T. (Ed.) *Dicionário do pensamento marxista*. Tradução por: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. Tradução de: *A Dictionary of Marxist Thought* (1983).
- Godelier, M. (1982) *Estrutura e contradição no Capital*. In: BLACKBURN, R. (ed.) *Ideologia na ciência social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Grossman, H. (1929). *Law of the Accumulation and Breakdown*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/grossman/1929/breakdown/introduction.htm>> Acesso em: 04 nov. 2005.
- Hilferding, R. (1985) *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).
- Marx, K. (1980a) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital. Tradução por: Reginaldo Sant’Anna. v. 2, São Paulo: DIFEL. Tradução de: *Theorien Über Den Mehrwert* (1974).
- Lênin, V. I. (1972). *On the Question of Dialectics*. Collected Works, 4<sup>th</sup> English Edition, Moscow: Progress Publishers, v. 38, pp.355-364. Disponível em: <<http://www.marx2mao.com/Lenin/QD15.html>> Acesso em: 28 nov. 2006.
- Luxemburg, R. (1985) *A acumulação de capital*. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).
- Mao Tsé-Tung (1937) *On Contradiction*. Selected works of Mao Tse-tung. Disponível em: <[http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1\\_17.htm](http://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_17.htm)> Acesso em: 10 jan. 2006.
- Marx, K. (1980) *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Livro 4 de O Capital, v. 2, São Paulo: DIFEL.

Marx, K. (1986b). O Capital: crítica da economia política. Tradução de: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro II. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro segundo, v. III). Tradução de: Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie (1977).

Marx, K. (2003) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes

Rosdolsky, R. (2003). A polêmica em torno dos esquemas da reprodução de Marx. Revista Novos Rumos, n. 35, mar, 2003. Tradução do capítulo “La polémica em torno a los esquemas de la reproducción de Marx”. In: ROSDOLSKY, R. (1983). Génesis y estructura de “El capital” de Marx (estudios sobre los Grundrisse), 3. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, pp. 491-554. Tradução de: Antonio Roberto Bertelli.

Tugan-Baranovsky, M. I. (1912). Las crises industriales em Inglaterra. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/bas/es/tugan/crisis600.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2006.

Shaikh, A (1979) An Introduction to the History of Crisis Theories. *U.S. capitalism in crisis*, New York: URPE.

Zelený, J. (1974). La estrutura lógica de “El Capital” de Marx. Tradução por: Manuel Sacristán. Buenos Aires: Grijalbo. Versão alemã de Peter Bollhagen. Original checo: O Logické Struktura Marxova Kapitálu (1962).